



**AÇOS VILLARES**  
**SIDENOR**

JUA. 5507/05



JUCESP PROTOCOLO  
625723/05-3



COLEGIADA

**AÇOS VILLARES S/A**  
**CNPJ N.º 60.664.810/0001-74**  
**NIRE N.º 35.3.0001089.2**

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2005.**

**DATA, HORA E LOCAL:** 15 (quinze) de agosto de 2005, às 9:00 (nove) horas, na sede social da Companhia, na Av. Maria Coelho Aguiar n.º 215, Bloco A, 5º andar, parte, em São Paulo, SP.

**PRESENCAS:** Acionistas representando mais de 60% do capital social com direito a voto. Estiveram presentes, ainda, o Sr. Alexandre José Guerra de Castro Monteiro – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e o Sr. Ademir José Scarpin, membro do Conselho Fiscal da Companhia.

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Sr. José Joaquín Salazar Paternain, Secretária: Sra. Deise Martins da Silva.

**PUBLICAÇÕES:** O Edital de Convocação foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo nos dias 22, 23 e 26 de julho de 2005 e no jornal "Valor Econômico" nos dias 22, 25 e 26 de julho de 2005.

**ORDEM DO DIA:** (i) a emissão, pela Companhia, de debêntures simples (não conversíveis em ações), em série única, da espécie quirografária ("Debêntures") no valor total de R\$ 285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais), que será a Sétima Emissão de Debêntures da Companhia; (ii) delegação ao Conselho de Administração de competência para alterar, se necessário, as



**AÇOS VILLARES**  
**SIDENOR**

matérias de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76; e (iii) a confirmação e a ratificação de todos os atos relativos à Emissão e seu registro junto aos órgãos competentes, que tenham sido praticados anteriormente à data da Assembléia Geral ora convocada pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria.

#### **DELIBERAÇÕES:**

- (i) Foi aprovada, nos termos do artigo 122, IV, da Lei 6.404/76, a emissão, pela Companhia, de debêntures simples (não conversíveis em ações), em série única, da espécie quirografária ("Debêntures") no valor total de R\$ 285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais), que será a Sétima Emissão de Debêntures da Companhia (a "Emissão"), para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 400/03, em regime de garantia firme de colocação, sujeita a registro perante a CVM, com as seguintes características básicas: **(1)** valor total da Emissão - R\$ 285.000.000,00 (duzentos e oitenta e cinco milhões de reais), na Data da Emissão (conforme definida abaixo); **(2)** quantidade de debêntures - 28.500 (vinte e oito mil e quinhentas) Debêntures. **(3)** valor nominal unitário - R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada uma ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão (conforme definida abaixo). **(4)** número de séries - a emissão será realizada em uma única série. **(5)** conversibilidade, forma e tipo - as Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia, serão simples, nominativas, escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados de Debêntures pela Companhia. **(6)** espécie - as Debêntures são da espécie quirografária. **(7)** Data da Emissão - para todos os efeitos legais, a data da Emissão será 1º de setembro de 2005 ("Data da Emissão"). **(8)** prazo e data de vencimento - 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de setembro de 2010 ("Data de Vencimento"). **(9)** distribuição - as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob



**AÇOS VILLARES**  
**SIDENOR**

regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), para colocação, no mercado primário, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP. **(10)** forma de subscrição e integralização - as Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, segundo os critérios de liquidação financeira da CETIP e/ou na sede da Companhia, ou, ainda, por meio de instituição financeira contratada. **(11)** negociação - as Debêntures serão negociadas, no mercado secundário, por meio do SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP. As Debêntures submeter-se-ão às regras e controles de compensação e liquidação da CETIP. **(12)** amortização - o Valor Nominal Unitário de todas as Debêntures será pago em 8 (oito) parcelas iguais, trimestrais e sucessivas de R\$1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) cada uma, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 2008 e o último, na Data de Vencimento. **(13)** remuneração das debêntures - sobre o saldo do Valor Nominal Unitário de todas as Debêntures incidirão juros remuneratórios equivalente a um percentual de, no máximo, 105,5% da Taxa DI (a ser definido em procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores da emissão por meio da coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas, sendo tal procedimento realizado e a Remuneração divulgada nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, que será ratificada pelo Conselho de Administração), calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, da variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia, "over" extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252



**AÇOS VILLARES**  
**SIDENOR**

(duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Valor Econômico", ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação ("Remuneração"). A Remuneração das Debêntures será paga trimestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo que a última data de pagamento de Remuneração deverá coincidir com a Data de Vencimento. (14) repactuação - sem prejuízo do disposto na Escritura da Emissão, não haverá repactuação das Debêntures. (15) amortização antecipada facultativa - a partir de 1º de dezembro de 2008 ("Data de Início do Período de Amortização"), somente em cada Data de Pagamento de Juros ("Data da Amortização Antecipada Facultativa"), a Emissora poderá promover a amortização antecipada, total ou parcial, de todas as Debêntures em circulação, mediante: (a) publicação de aviso nos termos da Cláusula 4.25.1. da Escritura da Emissão com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias da data do evento, informando (a)(i) a Data da Amortização Antecipada Facultativa; (a)(ii) o tipo de amortização, se total ou parcial; (a)(iii) no caso de amortização parcial, o valor do principal objeto da amortização; e (a)(iv) quaisquer outras informações necessárias ao evento; e (b) pagamento: (b)(i) no caso da amortização total, do saldo do Valor Nominal Unitário de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração devida até a Data da Amortização Antecipada Facultativa, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último; ou amortização parcial, da parcela do saldo do Valor Nominal Unitário de todas as Debêntures que for objeto da amortização parcial, acrescido da Remuneração devida sobre o saldo total do Valor Nominal Unitário até a Data da Amortização Antecipada Facultativa, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último; e (b)(ii) de um prêmio de amortização correspondente à multiplicação de 0,50% (cinquenta



**AÇOS VILLARES**  
**SIDENOR**

centésimos de um por cento) pelo resultado da divisão do número de dias úteis entre a respectiva Data do Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento pelo número de dias úteis contados da Data de Início do Período da Amortização até a Data de Vencimento, conforme descrito na fórmula abaixo:

$$P = \left( 0,50 \% \times \frac{d}{D} \right)$$

Onde:

P = prêmio a ser pago em valor percentual sobre o valor da amortização antecipada;

d = número de dias úteis entre a respectiva Data da Amortização Antecipada Facultativa e a Data de Vencimento; e

D = número de dias úteis entre a Data de Início do Período da Amortização e a Data de Vencimento.

(16) aquisição facultativa - A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculada *pro rata temporis*, desde a Data da Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei n.º 6.404/76. As Debêntures objeto de aquisição facultativa poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos deste item, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação. (17) encargos moratórios - ocorrendo /





**AÇOS VILLARES**  
**SIDENOR**

impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia relativa às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos pela Companhia ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitos a: (a) multa não compensatória de 2% (dois por cento), (b) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* e linearmente, e (c) incidência da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Companhia.

**(18) prorrogação dos prazos** - Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de Encargos Moratórios aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional ou feriado no município da sede da Emissora, sábado ou domingo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos.

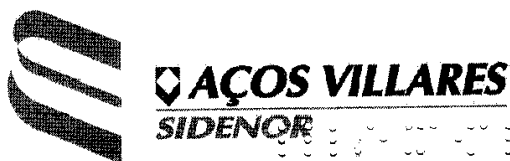
**(19) local de pagamento** - os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (b) no caso de titulares de Debêntures que não estejam vinculados a tal sistema, pelo banco mandatário e escriturador, mediante depósito em contas correntes indicadas pelos debenturistas.

**(20) vencimento antecipado** – observado o disposto nas Cláusulas 4.27.2., 4.27.3. e 4.27.4. da Escritura da Emissão, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário de todas as Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, até a data do seu efetivo pagamento desde a Data de Emissão ou a data do



**AÇOS VILLARES**  
**SIDENOR**

último pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último e, no caso da alínea (d) abaixo, quando se referir a qualquer pagamento relativos às Debêntures, dos Encargos Moratórios, calculados desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento), independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Emissora, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos: (a) decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de auto-falência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial, da Emissora ou de qualquer controlada direta da Emissora, ou ainda, em se tratando de qualquer controlada indireta da Emissora, quando afete ou possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações previstas na Escritura da Emissão; (b) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM/FGV")) salvo se, no prazo de até 7 (sete) dias úteis contados da data do protesto, a Emissora venha a comprovar que tal protesto (b)(i) tenha sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b)(ii) tenha sido cancelado; ou (b)(iii) tiver sua exigibilidade suspensa por decisão judicial; (c) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IGPM/FGV) ou equivalente em outras moedas; (d) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada à Emissão, salvo se no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis tal descumprimento seja sanado pela Emissora; (e) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não-pecuniária relacionada à Emissão assumida na Escritura da Emissão, no Contrato de



Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária da 7ª Emissão, que será celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"), salvo se no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento, pela Emissora, de notificação enviada pelo Agente Fiduciário, tal descumprimento seja sanado pela Emissora, sendo que o prazo previsto nesta alínea não se aplica a qualquer outra alínea ou a qualquer outra hipótese de inadimplemento prevista expressamente nas demais alíneas; (f) redução de capital social da Emissora, exceto se tal redução de capital social da Emissora for previamente autorizada pelos Debenturistas, nos termos do artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e da Cláusula 7.6. da Escritura da Emissão; (g) não-manutenção dos seguintes índices financeiros, apurados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a 30 de setembro e 31 de dezembro de 2004 e 31 de março e 30 de junho, de 2005 e os trimestres então findos, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores ("Índices e Limites Financeiros"): (g)(i) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser superior a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos).

Onde:

"Dívida Líquida" significa o valor calculado em bases consolidadas igual à soma do passivo junto a instituições financeiras e demais credores financeiros, dos títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos pela Emissora, bem como dos mútuos com partes relacionadas e do saldo líquido de operações de derivativos (passivos menos ativos de operações com derivativos) excluída a





**AÇOS VILLARES**  
**SIDENOR**

variação cambial que vier a incidir sobre os passivos de longo prazo (assim entendidos aqueles com prazo superior a 360 (trezentos e sessenta) dias) a partir da Data de Emissão; diminuído das disponibilidades financeiras (caixa, bancos, aplicações de liquidez imediata e títulos e valores mobiliários) excluída a variação cambial que vier a incidir sobre os ativos de longo prazo (assim entendidos aqueles com prazo superior a 360 (trezentos e sessenta) dias) a partir da Data de Emissão.

“EBITDA” significa o valor calculado em bases consolidadas igual ao lucro ou prejuízo líquido da Emissora, relativo a um período de doze meses (calculado nos termos do caput desta alínea), antes da contribuição social e imposto de renda, diminuído das receitas financeiras, das receitas com variações monetárias e cambiais e das receitas não operacionais e acrescido das despesas financeiras, das despesas com variações monetárias e cambiais, das despesas não operacionais, bem como das despesas de depreciação e amortização.

(g)(ii) O índice obtido da divisão entre EBITDA (conforme definido acima) pelas Despesas Financeiras Líquidas (conforme definido abaixo) não deverá ser inferior a 2 (dois).

Onde:

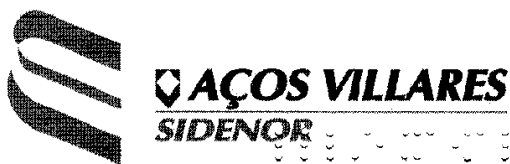
“Despesas Financeiras Líquidas” significam as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, excluídas as variações monetária e cambial que incidirem sobre a Dívida Líquida, deduzidas das receitas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12

Λ

(doze) meses em bases consolidadas, excluídas as variações monetária e cambial que incidirem sobre as aplicações financeiras.

(h) aprovação, pelos acionistas da Emissora, de liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, ou a ocorrência de qualquer um desses eventos; (i) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora na Escritura da Emissão, no Contrato de Distribuição ou de qualquer informação constante do Prospecto Definitivo que afete de forma adversa e relevante as Debêntures; (j) mudança do objeto social da Emissora ou realização, pela Emissora, de negócio ou atividade não contemplado em seu objeto social, salvo quando autorizada pela Assembléia de Debenturistas; (k) distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto da Emissora, se esta estiver em mora com as obrigações previstas na Escritura da Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 29 do Estatuto Social da Emissora, conforme em vigor na Data de Emissão, salvo se a alteração do estatuto social resultar em um dividendo mínimo obrigatório inferior ao previsto no Estatuto Social da Emissora, conforme em vigor na Data de Emissão; (l) trânsito em julgado de uma ou mais sentenças, emissão de um ou mais laudos arbitrais definitivos ou execução de um ou mais mandados de penhora ou processos semelhantes contra a Emissora, qualquer controlada direta da Emissora, ou, ainda, em se tratando de qualquer controlada indireta da Emissora, quando afete ou possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações previstas na Escritura da Emissão, em qualquer caso que verse sobre o pagamento de valor superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) (atualizado anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IGPM/FGV) ou o seu equivalente em outras moedas, tomados separadamente ou em conjunto, salvo se os

valores de tais sentenças, laudos arbitrais, mandados de penhora ou processos semelhantes (l)(i) estiveram provisionados nas demonstrações financeiras da Emissora na Data de Emissão; ou (l)(ii) forem objeto de depósito em juízo até a Data de Emissão; (m) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros dos direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na Escritura da Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas; (n) aprovação, pelos acionistas da Emissora, de qualquer operação de fusão, incorporação ou cisão envolvendo a Emissora, exceto (n)(i) se previamente aprovado por Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (n)(ii) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data da publicação das atas das assembléias gerais relativas à operação ("Prazo de Manifestação do Debenturista Quanto ao Resgate"), o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, pagamento este que deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data da solicitação do Debenturista neste sentido, a qual poderá ser feita a qualquer tempo durante o Prazo de Manifestação do Debenturista Quanto ao Resgate; ou (n)(iii) pela incorporação, pela Emissora, de quaisquer sociedades que sejam controladas diretas da Emissora na data de assinatura da Escritura da Emissão; (o) transferência ou alteração, direta ou indireta, do controle (conforme previsto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora, exceto se (o)(i) previamente aprovado por Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (o)(ii) tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação da transferência ou alteração do controle



("Prazo para Manifestação do Debenturista Quanto à Transferência ou Alteração do Controle"), o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento, no prazo de até 5 (cinco) dias contados data da solicitação do Debenturista neste sentido, que poderá ser feita a qualquer tempo durante o Prazo para Manifestação do Debenturista Quanto à Transferência ou Alteração do Controle, do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. É permitida, todavia, a transferência ou alienação de ações para qualquer sociedade controlada direta ou indiretamente pela Sidenor Internacional S.L. e/ou pela Corporación Sidenor S.A., sem a prévia anuência dos Debenturistas; e (p) venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, pela Emissora de bens do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos) ou de participação em outras sociedades (incluindo direitos de subscrição e títulos ou valores mobiliários conversíveis em participação societária) cujo valor unitário ou agregado durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores seja igual ou superior a 10% (dez por cento) do ativo permanente da Emissora ou da participação em outras sociedades, conforme o caso, conforme verificado com base no último balanço ou balancete divulgado pela Emissora, imediatamente antes da operação, no caso de operação unitária, ou divulgado imediatamente antes do período de 12 (doze) meses anteriores à última operação, no caso de operações agregadas, sem a aplicação integral, no prazo de 90 (noventa) dias da data em que tais recursos se tornaram disponíveis à Emissora, dos recursos líquidos da venda, cessão ou transferência (p)(i) no pagamento de dívidas de sua titularidade, excluídas as dívidas entre quaisquer das seguintes sociedades: a Emissora, qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, e quaisquer coligadas da Emissora; ou (p)(ii) na aquisição, pela Emissora, de bens do ativo permanente, caso os bens vendidos, cedidos ou transferidos

tenham sido bens do ativo permanente. O disposto neste item (p) não se aplica à venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência da participação da Emissora (incluindo direitos de subscrição e títulos e valores mobiliários conversíveis em participação societária) (x) na Tecno Logos Desenvolvimento Tecnológico S.A.; (y) em sociedades cujo propósito específico seja o desenvolvimento de projeto envolvendo a Tecnologia Tecnored; ou (z) em sociedades cujo propósito específico e único ativo seja a participação em sociedades para desenvolvimento de projeto envolvendo a Tecnologia Tecnored. Para os fins deste item (p), o termo "Tecnologia Tecnored" significa a tecnologia de produção de ferro a partir de um processo de auto-redução de metais cujos direitos de propriedade intelectual pertencem à Tecno-Logos Desenvolvimento Tecnológico S.A. e/ou às suas sociedades controladas. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (f), (h) e (n) do item (20) acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Na ocorrência de qualquer dos demais eventos indicados nas demais alíneas, que não sejam os mencionados no parágrafo acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a realizar-se no prazo mínimo previsto em lei. Caso na referida Assembléia de Debenturistas, os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures. Entretanto, caso os Debenturistas decidam considerar o evento como vencimento antecipado, ou em caso de não estabelecimento de Assembléia de Debenturistas por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures. Na ocorrência do vencimento





**AÇOS VILLARES**  
**SIDENOR**

antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário de todas as Debêntures, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura da Emissão (e, no caso da alínea (d) do item (20), quando se referir a qualquer pagamento relativos às Debêntures, dos Encargos Moratórios, calculados desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento), em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora nos termos da Cláusula IX da Escritura da Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios. (21) obrigações adicionais da Companhia e demais termos e condições das Debêntures - a Escritura da Emissão disporá acerca das obrigações adicionais da Companhia bem como de outros termos e condições das Debêntures.

(ii) Foi aprovada a delegação ao Conselho de Administração da Companhia dos poderes para deliberar ou alterar as condições das Debêntures, nos limites previstos no Artigo 59, §1º, da Lei n.º 6404/76, bem como dos poderes para deliberar o cancelamento das Debêntures não colocadas no mercado ou mantidas em tesouraria pela Companhia.

(iii) Foram confirmadas e ratificadas todos os atos praticados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia até esta data relativos aos procedimentos preparatórios à Emissão das Debêntures e seu registro junto aos órgãos competentes.

**ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram as matérias aprovadas pelos acionistas presentes, sendo encerrados os trabalhos, dos quais se lavrou,




**AÇOS VILLARES**  
**SIDENOR**

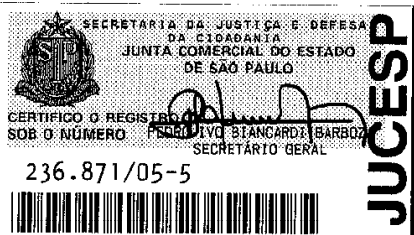
de forma sumária, como facultado § 1º do artigo 130 da Lei das S.A., a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes, tendo sido autorizada pelos Senhores Acionistas a publicação da ata com a omissão das assinaturas dos acionistas. São Paulo, 15 de agosto de 2005. (aa) **José Joaquín Salazar Paternain** (Presidente da Mesa); (aa) **Deise Martins da Silva** (Secretária da Mesa); José Joaquín Salazar Paternain p. **Sidenor Internacional S.L.**, Carlos Eduardo Monte Alegre Toro p. **Pomerania Investimentos Ltda.**, Anali Penteado Buratin p. **Virginia Retirement System**, Rafael Sales Guimarães p. **Fama Futurewatch Fundo de Investimento de Ações**, p. **Fama Futurewatch I Fundo de Investimento de Ações**, p. **Fama Sniper Fundo de Investimento Multimercado Longo Prazo**, Ruy Souza e Silva, Alexandre José Guerra de Castro Monteiro e Ademir José Scarpin.

Está de acordo com o original.

  
Deise Martins da Silva  
Secretária da Mesa

Visto:

  
Fernanda de Almeida Brito  
OAB/SP nº 180.571





**AÇOS VILLARES**  
**SIDENOR**

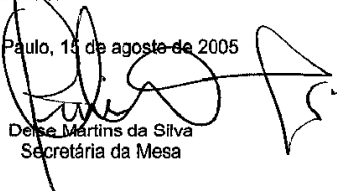
**AÇOS VILLARES S.A.**  
**CNPJ n.º 60.664.810/0001-74**  
**NIRE n.º 35.30331089.2**

Cópia das folhas n.º 16 do Livro n.º 05 de REGISTRO DE PRESENÇA DE AÇIONISTAS, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o n.º 66.024- PRESENÇA DE AÇIONISTAS - Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 15 de agosto de 2005 às 09:00h.

Número de Ordem	Assinatura do Acionista ou do Procurador	Nacionalidade	Residência	Ações Ordinárias		
				n.º de ações	(%)	n.º de votos
01	p.Sidenor Internacional S.L. José Joaquín Salazar Paternain	Espanhola	Basauri (Vizcaya), Barrio de Ugarte, s/n	1.926.211.915	58,43726%	1.926.211.915
02	p.Pomerania Investimentos Ltda. Carlos Eduardo Monte Alegre Toro	Brasileira	Rua Verbo Divino, 819, Subsolo, Granja Julieta, São Paulo, SP	102.684.134	3,11522%	102.684.134
03	Ruy Souza e Silva	Brasileira	Rua Salvador Cardoso, 95 Apto.131, São Paulo/SP	10.000	0,00030%	10.000
04	p.Virginia Retirement System Anali Penteado Buratin	Americana	1200 East Main Street - Richmond, VA	333	0,00001%	333
05	p. Fama Futurwatch Fundo Investimento de Ações Rafael Sales Guimarães	Brasileira	Av. Almirante Barroso,52, sala 330, Rio de Janeiro/RJ	2.470.000	0,07493%	2.470.000
06	p. Fama Futurewatch I Fundo de Investimento de Ações Rafael Sales Guimarães	Brasileira	Av. Almirante Barroso,52, sala 330, Rio de Janeiro/RJ	17.780.000	0,53941%	17.780.000
07	p. Fama Sniper Fundo de Investimento Multimercado Longo Prazo Rafael Sales Guimarães	Brasileira	Av. Almirante Barroso,52, sala 330, Rio de Janeiro/RJ	3.960.000	0,12014%	3.960.000
TOTAL PRESENTE						

Compareceram 07 (sete) acionistas, com direito a voto, representando 2.053.116.382 (dois bilhões, cinqüenta e três milhões, cento e dezessets mil, trezentos e oitenta e duas) ações, do total de 3.296.204.924 (três bilhões, duzentos e noventa e seis milhões, duzentas e quatro mil, novecentas e vinte e quatro) ações ordinárias do capital social.

São Paulo, 15 de agosto de 2005

  
Delfe Martins da Silva  
Secretária da Mesa